

O PCB, partido de maior longevidade (70 anos) na história brasileira, mesmo depois de "morto", teima e insiste em continuar atormentando os "vivos". Sua cultura política mantém-se presente e patente com muita força, tanto na teoria como na prática, da maior parte da esquerda no Brasil. Uma reavaliação crítica - mas "isenta" e não ideologizada - da história do PCB faz-se necessária e pode fornecer importantes elementos e subsídios para a elaboração/criação de uma nova cultura política socialista, liberta das antigas concepções e práticas que constroem e restringem a intervenção e a criatividade políticas.

TEORIA E POLÍTICA

Ao longo de toda sua vida (1922 - 92), o PCB - não obstante as mutações políticas, a renovação dos métodos de ação e concepções teóricas, alterações orgânicas, etc - tem sua teoria e prática permeadas e condicionadas pela cultura política da terceira Internacional, que se manifesta através de múltiplos aspectos. As mudanças, quando são operadas, são sempre parciais e sem romper de forma radical e profunda com o passado - são ajustes que conservam o essencial, a matriz política.

Filho legítimo da revolução de Outubro (1917) e da Internacional Comunista, a identidade do PCB com a via autoritário-burocrática do socialismo e com o marxismo-leninismo foi genética.

De forma que tanto a teoria como a prática mantêm-se ao longo do tempo, tendo como base e informadas pela doutrina (pois assim era caracterizada) "marxista-leninista". Esta doutrina - cuja construção foi iniciada na década de 20 e concluída nos anos 30 pelo stalinismo - na verdade foi uma codificação e uma transfiguração das elaborações de Marx, Engels e Lênin, além de herdeira de elementos do "marxismo" da II Internacional (positivismo, evolucionismo, etc). Implicava "em 'uma filosofia materialista'- da qual se extirpa a relação dialética entre o sujeito e o objeto, em que se instaura a tensão da práxis - e uma 'sociologia' que redonda medularmente numa teoria fatorialista da história, finalista e determinista (o condicionamento, 'em última instância' pelo 'fator econômico', da evolução social). Passa a compreender o processo histórico

como uma sucessão lógica de estágios de desenvolvimento que necessariamente conduzem ao comunismo (...) De aproximação provisória aos movimentos constitutivos da totalidade social, a teoria marxista é convertida numa enciclopédia que resume princípios e teses cuja validade não pode ser questionada - senão ao preço do 'revisionismo'. Em poucas palavras: de teoria passa a conjunto de dogmas".¹

Não é por acaso que os principais documentos do PCB sempre conclamaram a necessidade da "correta aplicação dos princípios universais do marxismo-leninismo às originais particularidades concretas do desenvolvimento histórico nacional." Bastava, pois, a utilização "criadora" dos princípios na análise da realidade brasileira para compreendê-la e, em consequência, tirar as conclusões políticas devidas.

Isto, de certa forma, explica o porque da manutenção por tanto tempo dos esquemas teóricos, das análises e projetos de revolução derivados do IV Congresso da Internacional Comunista, realizado entre 17/07 e 01/09/1928.

Subproduto da teoria leniniana sobre a revolução democrático-burguesa e do imperialismo e desdobramento das discussões da IC ao longo da década de 20 (sobretudo do II e IV Congressos, de 1920 e 1922, respectivamente), em 1928, no VI Congresso, seriam estabelecidas de forma mais nítida as diretrizes políticas do *Komintern* para os países coloniais, semicoloniais e dependentes.²

Partindo do pressuposto de que nestes países a revolução não estava na sua etapa socialista (pois não havia condições objetivas para isso), as teses da IC alegavam que o processo revolucionário deveria ser realizado por etapas, sendo que a próxima seria a da revolução democrático-burguesa, antiimperialista e antifeudal.

Assim, essas teses diziam que a "passagem à ditadura do proletariado não é possível nesses países, em regra geral, senão através de uma série

¹ José Paulo Netto (org.). Stalin. São Paulo, Ática, 1982, p. 30.

² El VI Congreso de la Internacional Comunista. México, Cuadernos Pasado y Presente (66), 1977.

de etapas preparatórias, por todo um período de desenvolvimento da revolução democrático-burguesa em revolução socialista..."³

A etapa democrático-burguesa ou nacional e democrática serviria para eliminar os entraves ao desenvolvimento capitalista autônomo e à constituição do proletariado como classe. Os entraves fundamentais seriam constituídos pelo imperialismo e seus agentes internos (latifundiários e burguesia comercial e usuária). O imperialismo seria o principal sustentáculo do latifúndio e das relações semifeudais no campo, além de entravar o desenvolvimento das forças produtivas, de se apropriar do excedente produzido na agricultura, descapitalizar o país através da remessa de lucros, impedir a criação do mercado interno e, em consequência, dificultava a expansão da indústria nacional.

Dessa forma, seria necessário, nesta etapa da revolução, desenvolver as duas contradições básicas: entre a nação e o imperialismo e entre o desenvolvimento das forças produtivas e o monopólio da terra. Assim, a revolução estaria intimamente ligada à luta pela libertação nacional ou à luta antiimperialista e contra as sobrevivências feudais.

As tarefas desta etapa da revolução teriam que ser realizadas pela aliança operário-camponesa, com o apoio da burguesia nacional e da pequena burguesia. A burguesia manufatureira ou industrial teria interesses nacionais e autônomos e, portanto, apoiaria o movimento nacionalista. Porém, sua postura tende a ser ambígua: ao mesmo tempo em que se opõe à dominação e exploração imperialista, teme a participação popular e a revolução - sua posição seria assim nacional-reformista. O proletariado "educado" e dirigido pela sua vanguarda, o Partido Comunista, seria a força realmente conseqüente. Posteriormente, sobretudo a partir de 1943, com exceção dos anos de 1948-1956, o PCB imputaria um papel cada vez mais importante à burguesia na etapa nacional e democrática da revolução, como aparece mais claramente nos documentos da Declaração de março de 1958 e nas resoluções do V Congresso de 1960. Nestes documentos, a burguesia nacional, apesar de continuar sendo caracterizada

³ Citado por Caio Prado Jr. *A revolução brasileira*. 10 ed., São Paulo, Brasiliense, 1977.

como vacilante e conciliadora, tinha um papel de "força revolucionária", pois tinha vocação democrática porque precisava da participação popular para derrotar o imperialismo e o latifúndio; tinha interesses no desenvolvimento nacional e autônomo, porque o imperialismo bloqueava a industrialização; era a favor da reforma agrária para expandir o mercado interno e aumentar sua capacidade de acumulação de capital.

Junto com as análises e formulações políticas da IC, o PCB incorpora, necessariamente, categorias, elementos e noções da "dialética" e das elaborações teórico-ideológicas de Stalin ou do stalinismo. Incorpora, por exemplo, determinadas leis e elementos, como da hierarquização de contradições, presentes já nas elaborações stalinistas e que ganham configuração mais acabada com Mao Tsé-Tung, contradições principais e secundárias, antagônicas e não antagônicas, aspectos principais e secundários de uma contradição e assim por diante. Uma outra noção importante herdada do stalinismo pelo PCB, e que será um dos elementos centrais para a estruturação de suas análises e formulações políticas, é a do processo histórico dividido numa sucessão de etapas. Definida a partir do nível de desenvolvimento das forças produtivas, ou das contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção, à noção de etapas, vêm acopladas as categorias de tática e estratégia, "com significados retirados do vocabulário militar".⁴

A estratégia consistiria "em fixar numa determinada etapa da revolução a direção do golpe principal do proletariado (...) se ocupa das forças fundamentais da revolução e das suas reservas. Ela se modifica com a passagem da revolução de uma etapa a outra e permanece inalterada, em essência, por todo o curso de uma etapa determinada". Já a tática "é uma parte da estratégia; a ela está subordinada e serve". Ou ainda, ela "se ocupa das formas de luta e das formas de organização do proletariado...numa determinada etapa da revolução, a tática pode mudar várias vezes, segundo os fluxos e refluxos, o ascenso e descenso da revolução".⁵

⁴ Aloísio Teixeira. "Discutindo o fundamento teórico das teses pela legalidade". Voz da Unidade, 11/09/1981.

⁵ J. V. Stalin. "Sobre os fundamentos do leninismo", em *Obras*. Rio de Janeiro, Vitória, 1955, Vol. 6, pp. 135 a 138.

Em resumo: a tática não se ocupa da guerra em seu todo, mas dos seus diferentes episódios, das batalhas, dos combates"; enquanto que "a estratégia visa vencer a guerra...."⁶ Nesse sentido, "o processo revolucionário passa a ser identificado com uma operação de guerra".⁷

Parametrada por estas noções e categorias, a teoria política da revolução da PCB estruturou-se da seguinte forma: *etapa* = nacional e democrática; *estratégia* = antiimperialista e antifeudal e *tática* = variável segundo as inflexões políticas periódicas.

Neste esquema teórico-político, a "questão nacional" é o elemento central da linha política, enquanto que a "questão democrática" é a ela subordinada, relegada a segundo plano. Disso decorreu a utilização 'de conceitos como nação, povo e outros, que passam a se constituir como o sujeito fundamental da revolução'.⁸ A contrapartida seria o nacionalismo. E a partir de 1958, quando passa a valorizar as liberdades democráticas, as eleições, as instituições da sociedade civil e política, etc, estas continuam condicionadas à estratégia. A democracia continuava sendo encarada como expediente tático favorável ao desenvolvimento das organizações e lutas dos trabalhadores e campo propício para o combate ao imperialismo e ao latifúndio.

No horizonte permaneceu sempre a concepção de uma revolução "explosiva" ou de ruptura violenta (insurreição), onde a "vanguarda da classe operária" ou seu "Estado maior" (partido) toma o Estado burguês pela força e implanta o socialismo, no qual o poder se institui como "ditadura do proletariado". O reconhecimento (a partir de 1958) da possibilidade do caminho pacífico da revolução no Brasil, veio acompanhada de muitos senões, poréns e todavias - se a classe dominante utilizasse a violência, as forças revolucionárias teriam que estar preparadas para o enfrentamento; e se surgissem circunstâncias propícias ou uma correlação de forças favorável, o PCB não poderia perder a oportunidade de tomar o poder ou o Estado por meios não pacíficos.

⁶ J. V. Stalin. "A questão da estratégia e da tática dos comunistas russos". *Op. cit.*, vol. 5, p. 148.

⁷ Aloísio Teixeira, *cit.*

⁸ Aloísio Teixeira, *cit.*

Regido por uma doutrina oficial, o marxismo-leninismo, suas normas de organização e funcionamento seriam balizadas pelo centralismo democrático, considerado o único sistema capaz de garantir a disciplina e a unidade de ação e pensamento - por este sistema hierárquico, a minoria se submete às decisões da maioria. A maioria, em última instância, é a maioria do Comitê Central - também considerado o Estado-maior da classe operária (e, em muitos casos, da sua Comissão Executiva) e as direções inferiores às superiores (o escalão mais alto é o Comitê Central) e, entre uma reunião e outra do CC, sua Comissão Executiva. Subsiste a concepção do PCB como o partido da classe operária, ou seja, o partido (PCB) como sendo a vanguarda do proletariado e autorizado, conseqüentemente, a falar e agir em seu nome, portador da consciência de classe, sua vanguarda mais resoluta - tudo isso porque o partido, armado da verdadeira ciência revolucionária (o marxismo-leninismo), seria o único capaz de compreender a dinâmica do processo histórico que desembocaria na revolução.

O Partido Comunista da União Soviética foi um referencial constante, como também o foi a plena identidade e solidariedade com o "socialismo real" da URSS e do Leste europeu, visto como modelo de sociedade futura a ser construída. De Seção Brasileira da Internacional Comunista (*Comintern*) até 1943, o PCB se subordinará às diretivas do *Cominform* nos anos 1947/56. Após a extinção deste último e da realização do XX Congresso do PCUS, apesar de ganhar certa autonomia, manteve-se integrado ao *Movimento Comunista Internacional*, cuja política e concepções passaram a ser homogeneizadas pela *Revista Internacional* (da qual o PCB fazia parte e publicava no Brasil com o título *Problemas da Paz e do Socialismo*), pela Federação Sindical Mundial, pela Federação Mundial da Juventude e outros organismos, como o Instituto de Ciências Sociais do PCUS (escola de quadros para os dirigentes e militantes dos PCs estrangeiros). Estas relações - de identidade, solidariedade, subalternidade e dependência (inclusive financeira) - impuseram sérios limites à autonomia e condicionaram fortemente qualquer mudança que implicasse rupturas maiores nas análises, teoria e no projeto político.

Derrotado na luta político-ideológica, incapacitado de operar mudanças radicais em seu projeto revolucionário e em sua cultura política;

acumulando insucessos políticos, sem viabilidade institucional (baixíssimo percentual eleitoral), a progressiva perda de vínculos com o movimento operário e sindical, as difíceis relações com o mundo da cultura, o contínuo enfraquecimento orgânico com a sangria de quadros e militantes, o permanente dissenso e cizânias internas, os insolúveis problemas e vicissitudes diretas etc, iriam levar o PCB a viver uma crise aguda na década de 80. Sua crise terminal viria com o colapso do "socialismo real", cujos reflexos atingiram-no de forma direta, fulminante e fatal.

UMA NOVA FORMAÇÃO POLÍTICA

Constatando a morte do velho partido, herdeiros do PCB nos anos 1989-91 elaboraram um projeto que pudesse vir a dar vida a uma nova formação política de esquerda e socialista, reformadora e revolucionária, que tivesse seu referencial programático e prático expresso em uma política para a democracia.

Política esta embasada numa nova teoria da revolução e numa nova concepção de socialismo, totalmente diversas daquelas derivadas da revolução de Outubro, calcadas na dicotomia entre reforma e revolução - e esta, como um momento crucial de "explosão" e de ruptura violenta (insurreição), no qual a "vanguarda da classe operária" ou seu "Estado-maior" (partido) toma o Estado burguês pela força e implanta o socialismo. O novo poder se institui como "ditadura do proletariado", concepção que vê o capitalismo e socialismo como modos-de-produção fechados, e este último (não como transição) só passível de construção após a ruptura revolucionária. Ou ainda, uma concepção calcada nas noções militaristas de tática e estratégia - onde o fim radioso justifica os meios, qualquer que sejam eles: radicais, pragmáticos, autoritários, oportunistas - na qual, através da prática das conveniências políticas momentâneas, age-se em função de um futuro indeterminado (dia do juízo final), quando o horizonte luminoso do socialismo haverá de chegar, para libertar os pobres e oprimidos. Diverso também do "evolucionismo reformista" social-democrata que não apresentou perspectivas de superação do capitalismo:

ou seja, de superação das estruturas e relações de alienação, opressão, dominação, etc.

Este novo projeto estava voltado para uma teoria da revolução baseada na via processual e centrada na construção da democracia como via de abertura e desenvolvimento socialista. Teoria da revolução que possibilite a elaboração e implementação de um projeto político reformador - que explore e desenvolva os elementos do socialismo no seio do capitalismo - capaz não só de reparar as injustiças legadas e acumuladas pelo passado, mas capaz de plasmar e projetar o futuro (socialista) no presente e que permita visualizar a ultrapassagem do capitalismo através de áreas ou zonas de rupturas possíveis - onde o futuro não seja uma inevitabilidade histórica, mas uma possibilidade real e concreta condicionada pela intervenção dos agentes.

Portanto, uma política que produzia mudanças não simplesmente concedidas pelas circunstâncias, mas que mude as próprias circunstâncias, de forma a efetivar transformações que garantam a realização plena do ser social, em condições de democracia, equidade e cidadania. Uma política calcada na centralidade da democracia que leve a uma ruptura com o desenvolvimento do capitalismo perverso e à revolução burguesa excludente e autoritária, criando um outro tipo de articulação entre Estado e sociedade civil, entre política e economia, baseado num amplo processo de autonomização sócio-política das classes subalternas, centrada na organização e intervenção dos mundos do trabalho e da cultura. Uma política de radicalidade democrática (respeitando os valores e as regras da democracia), que tivesse nos interesses e conflitos seus elementos necessários e imprescindíveis às conquistas igualitárias e libertárias. Enfim, uma alternativa de superação das conveniências políticas momentâneas ("taticismo", corporativismo etc), mas cujos parâmetros desdobrados pudessem dar origem a um programa e a uma plataforma reformadora, capaz de aglutinar um amplo espectro de forças (bloco democrático) interessadas em profundas mudanças democráticas e progressistas.

Um programa e uma plataforma que poderiam ser aglutinados em três questões básicas e fundamentais:

a) *Democracia e cidadania* - consistiria na democratização integral da sociedade civil, do Estado e da economia; na socialização da política,

na generalização dos direitos da cidadania (constante ampliação dos direitos civis e sociais); na superação das múltiplas desigualdades na distribuição da renda, riqueza, oportunidades, acesso e controle do saber, informação, comunicação, saúde; controle das decisões sócio-políticas e econômicas etc;

b) *Reforma democrática do Estado* - implicaria na profunda reforma do sistema político e do Estado (deslocando as velhas classes dominantes do poder); na democratização e publicização do Estado capazes de criar mecanismos de gestão no sentido de sua abertura à participação e controle da cidadania; na prevalência dos interesses públicos sobre os privados; na potencialização do "Estado-social", etc;

c) *Democratização da Economia* - requereria modificações substanciais no tipo de acumulação e reprodução do capital; a elaboração de instrumentais de orientação pública da economia ou no controle social da produção e circulação; a criação de mecanismos e pressupostos que levem à superação da clássica contradição entre o caráter social da produção e a forma privada de apropriação do excedente; na reapropriação do excedente ou da riqueza social gerada; na participação dos trabalhadores na gestão e na distribuição dos lucros e no reinvestimento das empresas e na emancipação do domínio patronal nos locais de trabalho (democracia para além dos portões da empresa, fazer do trabalhador um cidadão no local de trabalho, alterar as relações de autoridade e poder na empresa) - além da criação de instrumentos de libertação e humanização do trabalho para superar a alienação; na reestruturação ecológica da economia. Ou seja: na socialização da riqueza.

Uma formação política democrática e plural com uma estrutura policêntrica, mais horizontal do que verticalizada. Uma nova formação política, onde a unidade se faria na diversidade e no terreno da representação, da ação e da direção. Isto implicaria a construção de uma experiência democrática coletiva e uma justa relação entre discussão/ação e responsabilidade/convicção, e não na disciplina imposta de cima ou na obediência hierárquica; exigiria a superação do sistema do centralismo democrático; pressuporia a conveniência com a diferença e

o dissenso, não como desvio, fracionismo e cisão, mas como momento privilegiado e ativo na elaboração política e na montagem da unidade de ação; requereria a transparência em todos os níveis e o rompimento com as posturas políticas e organizativas patrimoniais, burocráticas e gerenciais; significaria o reconhecimento da soberania dos militantes na escolha da(s) política(s) e dos dirigentes; necessitaria da criação de canais de participação e decisão ágeis, funcionais e motivadores para a militância, onde a atividade e ação política organizada signifique não só meios e fins para transformações sócio-políticas e culturais, mas também forma de realização individual e coletiva. Uma nova formação política não simplesmente como máquina, mas como instrumento e como movimento de transformações, como forma de organização da ação política e como espaço de pensamento e sentimento coletivos.

Uma nova formação política que seja *laica* e com uma cultura política socialista democrática. Uma nova formação política secular, não confessional, sem doutrina oficial, sem dogmas e concepções sagradas, sem verdades absolutas e definitivas. O que não significa reduzi-la a um instrumento empírico, agnóstico, privado de idealidades e finalidades. Ao contrário, uma formação com teoria(s) e sobretudo, ter como ponto de partida a rica herança, teórico-política do pensamento “marxista” e socialista - teoria(s) radicalmente crítica(s) da economia política do capitalismo.

Mas também, ser capaz de incorporar contribuições, análises e projetos de variadas correntes de pensamento democráticas, progressistas e transformadoras. Para isso teria que romper radicalmente com a cultura política “terceiro-internacionalista”, impregnada de autoritarismo e intolerância, pelos velhos dogmas e concepções do “marxismo-leninismo” e baseada em canones doutrinários e teológicos, no sectarismo, no pragmatismo, no positivismo, no economicismo, no etapismo, na adoração de símbolos e na criação de mitos. Seu desafio seria, a partir do imenso patrimônio histórico-político do socialismo, criar uma nova cultura política socialista profundamente democrática, liberta das antigas concepções e práticas que constroem e restringem a intervenção e a criatividade política.

Uma nova formação política do mundo do trabalho e da cultura, em todas as suas relações e articulações, amplitude e complexidade, que colocasse como finalidade a valorização do trabalho e suas libertação e desalienação plenas e, conseqüentemente, uma profunda alteração das relações de classes e poder e nas relações entre governantes e governados. Uma formação política de homens e mulheres, com direitos e oportunidades iguais na ação, na formulação e na direção. Uma formação política aberta aos novos sujeitos e movimentos sócio-políticos, intérprete das novas demandas do mundo do trabalho e da cultura, do movimento dos jovens e das mulheres, do ambientalismo, do pacifismo, dos movimentos raciais, religiosos e reivindicativos urbanos. Uma formação política de massas, fortemente inserida em seus movimentos, respeitando sua autonomia e independência. Uma formação política influente nas instituições (da sociedade civil e política), mas cujo relacionamento não fosse instrumental e nem de forma a compartimentá-las.

Uma nova formação política *internacionalista*, capaz de intervir na resolução e equacionamento das questões internacionais com democracia e justiça. Com o fim do Movimento Comunista Internacional, os impasses da social-democracia, a reestruturação capitalista e a intensa internacionalização do capital, (globalização dos setores financeiros, produtivo, tecnológico e cultural), o fim da guerra fria e da bipolaridade, o surgimento de um mundo cada vez mais íntegro e integrado, a criação de uma sociedade civil mundial e outros fatos e acontecimentos, colocaram particularmente para os comunistas e socialistas a necessidade de gerar uma alternativa política que supere a fratura do movimento socialista operada a partir de 1914. Uma alternativa que superasse os estritos limites dos Estados-Nações e capaz de enfrentar os novos mecanismos de dominação e exploração, restringir os poderes das transnacionais, de colocar a questão de regulação democrática da internacionalização e de lutar por uma ordem mundial democrática e justa. Neste quadro seria necessário um novo internacionalismo, na perspectiva de uma nova Internacional Socialista, inclusive no sentido da abertura de uma nova fase do movimento socialista. Este novo internacionalismo poderia vir a ser um poderoso instrumento - não mais simplesmente de solidariedade entre partidos irmãos e com aqueles que lutam pela paz e progresso social

e defensivo, mas movimentos de conquistas - para a resolução de questões globais e para a implementação de uma plataforma de valores universais: consolidação da paz, preservação e recuperação do meio ambiente, defesa dos direitos humanos, fortalecimento da democracia, ampliação da cidadania, resolução do problema da fome e das endemias, equacionamento das relações Norte-Sul e dos problemas deste.

Este projeto, referendado formalmente no IX Congresso do PCB realizado no Rio de Janeiro em junho de 1991, acabou sendo preterido em função de interesses e conveniências políticas locais e momentâneas. Ao invés de uma nova formação política optou-se pela construção de uma pequena legenda eleitoral, com resultantes ínfimas, ou seja, foi parido mais um pigmeu político, que só sobrevive devido à algumas lideranças políticas nacionais e/ou regionais.